

## **PARECER DE HABILITAÇÃO**

**Processo Administrativo nº 07/2025**

**Inexigibilidade nº 01/2025**

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS VISANDO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA COM SOLUÇÃO INFORMATIZADA TENDO POR FINALIDADE O LEVANTAMENTO E A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DE TRIBUTOS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS.

### **I – RELATÓRIO**

Nos termos do art. 72, inc. V, da Lei Federal nº 14.133/2021, é exigido, mesmo em caso de inexigibilidade, a comprovação de que o contratado preencha os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, senão vejamos:

“Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

[...]

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;”

Nesse contexto, mesmo quando não há competição, a Administração deve demonstrar, de forma documentada, que a empresa escolhida está apta a contratar, possui idoneidade jurídica, regularidade fiscal, capacidade econômica e, sobretudo, a qualificação técnica compatível com o objeto.

Diante disso, o Termo de Referência do Processo Administrativo ora discutido, prevê do item 9.3 ao item 9.35 as exigências necessárias à habilitação.

Deste modo, passa-se à análise dos documentos de habilitação encaminhados pela empresa.

### **II – DA ANÁLISE**

#### **II.I – Da Habilitação jurídica**

Os itens 9.4 – 9.13, do Termo de Referência apontam os documentos relativos à habilitação jurídica, consistindo na comprovação da existência legal e da representação válida do interessado, mediante apresentação dos documentos constitutivos correspondentes à sua natureza jurídica.

Nesse liame, a empresa META TRIBUTARIA apresentou:

- a) Contrato Social – Ato constitutivo devidamente registrado, que, na cláusula quarta, parágrafo único, determina como titular empresária a Sra. DJULLY STEFFANY FERREIRA, detentora da totalidade das quotas de capital;
- b) Documento oficial de identificação válido nacionalmente da titular empresária, qual seja, DJULLY STEFFANE FERREIRA;

Portanto, a apresentação dos documentos acima alinhados cumpre, satisfatoriamente, o que dispõe o Termo de Referência quanto a habilitação jurídica.

## **II.II – Da habilitação fiscal, social e trabalhista**

Os itens 9.14 – 9.21, discorrem sobre a habilitação fiscal, social e trabalhista, para a comprovação de que o contratado mantém situação regular perante o Estado, demonstrando conformidade tributária, previdenciária trabalhista e cadastral.

Deste modo, a empresa apresentou:

- a) Cartão CNPJ;
- b) CND Estadual;
- c) CND Municipal; e
- d) CNDT.

Ressalta-se que no ato do encaminhamento da proposta, não foi apresentada a comprovação de regularidade perante a Fazenda Nacional, bem como as Certidões de Regularidade do FGTS (CRF/CEF) e Certidão Municipal encontram-se inválidas na data deste parecer, o que impede, por ora, a plena comprovação da habilitação exigida pelo art. 62, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.

No entanto, em observância ao princípio da verdade material, disposto no art. 5º do Decreto nº 9.830/2019, e ao dever de busca objetiva da realidade dos fatos no âmbito do processo administrativo, esta unidade procedeu, na presente data, à consulta direta às bases oficiais da Secretaria da Receita Federal do Brasil/PGFN e do FGTS, constatando que, neste momento, ambas as certidões encontram-se regulares.

Todavia, tal verificação não supre nem substitui a obrigação legal da empresa de apresentar formalmente a documentação exigida, nos termos dos arts. 62, III, 63 e 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, razão pela qual deverá a proponente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresentar as certidões atualizadas e válidas, sob pena de inabilitação.

## **III.III – Da Habilitação Econômico-Financeira**

Passado à análise da documentação solicitada nos itens 9.22 e 9.23, que referem-se à qualificação econômico-financeira, que visa comprovar a capacidade econômico-patrimonial da empresa para suportar os riscos financeiros do contrato e garantir que ela possui solidez mínima para executar as obrigações assumidas, evitando inadimplementos, paralisações e prejuízos à Administração, a empresa apresentou a cetidão negativa de falência, corroborando fielmente com o que se pede no Termo de Referência.

### **III.III – Da Habilitação Técnica**

Este tópico está regido integralmente pelos itens 9.24 e 9.24.1 do Termo de Referência do Processo Administrativo ora discutido, os quais solicitam:

“9.24. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.24.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.”

Nesse sentido, verifica-se que nenhuma das declarações previstas foi apresentada pela proponente no ato da entrega dos documentos.

Deste modo, à luz do princípio do formalismo moderado e do disposto no art. 64, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite a promoção de diligências para saneamento de falhas formais e complementação de documentos, desde que não impliquem substituição de documentos essenciais ou alteração da proposta, concede-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a empresa regularize a pendência, apresentando a declaração exigida nos termos do Termo de Referência.

O não atendimento no prazo assinalado ensejará a inabilitação da proponente, conforme previsão legal e respeito ao interesse público primário.

### **II.IV – Da Qualificação Técnico-Operacional**

No presente tópico, o qual encontra-se as disposições nos itens 9.25 ao 9.27 do Termo de Referência, busca-se a comprovação de experiência anterior na execução de serviços semelhantes em complexidade, porte e natureza ao objeto da contratação.

Nesse contexto, a empresa apresentou atestados de capacidade técnica emitidos por municípios, comprovando a satisfação do objeto contratado.

Deste modo, conclui-se que o presente tópico foi atendido conforme exigido no Termo de Referência.

### **II.V – Da Qualificação Técnico-Profissional**

O presente tópico pode ser localizado nos itens 9.28 ao 9.30 do Termo de Referência do Processo Administrativo em referência, visando a comprovação de que a empresa tenha profissionais legalmente habilitados e com experiência comprovada para desempenhar as atividades previstas no contrato.

Diante disso, verifica-se que a empresa atendeu de forma satisfatória às exigências do Termo de Referência, comprovando que os profissionais indicados possuem capacidade técnica compatível com as atribuições a serem desempenhadas no âmbito da contratação.

Foram apresentados atestados de capacidade técnica, bem como comprovações de regular registro nos respectivos conselhos profissionais (OAB, CRC e demais órgãos competentes), evidenciando que o quadro técnico disponibilizado detém formação, experiência e habilitação adequadas para a execução das atividades de consultoria, auditoria tributária-previdenciária, elaboração de análises e condução dos procedimentos administrativos e técnicos inerentes ao objeto contratual.

Dessa forma, restou demonstrado que os profissionais indicados possuem qualificação específica e experiência comprovada, atendendo plenamente às exigências do item do Termo de Referência.

### III – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, após a análise minuciosa da documentação apresentada pela empresa **META TRIBUTÁRIA**, conclui-se que, quanto aos requisitos de habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e qualificação técnico-profissional, a proponente atendeu de forma satisfatória às exigências constantes do Termo de Referência do processo, demonstrando possuir regular constituição empresarial, capacidade econômico-patrimonial mínima e quadro técnico qualificado e habilitado para execução do objeto.

No tocante à habilitação fiscal, social e trabalhista, embora a empresa não tenha apresentado, no ato do encaminhamento da proposta, a Certidão de Regularidade da Fazenda Nacional e tenha juntado Certidão do FGTS e Municipal com validade expirada, verificou-se, mediante consulta direta realizada por esta unidade, que ambas constam como regulares nas bases oficiais.

Não obstante, nos termos dos arts. 62, III, 63 e 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, tais consultas não suprem a obrigação da empresa de apresentar formalmente os documentos válidos, razão pela qual deve a proponente promover a regularização documental no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de inabilitação.

Quanto à habilitação técnica, verifica-se pendência relativa à ausência da declaração prevista nos itens 9.24 e 9.24.1 do Termo de Referência, referente ao conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. Em conformidade com o art. 64, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, concede-se igual prazo de **5 (cinco) dias úteis** para apresentação do referido documento, sob pena de inabilitação.

No que se refere à **qualificação técnico-operacional**, observa-se que a empresa apresentou atestados de capacidade técnica emitidos por entes públicos, demonstrando experiência compatível com a natureza, finalidade e complexidade do objeto contratual, atendendo plenamente às exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Assim, não havendo, por ora, impedimentos materiais ao prosseguimento do feito, mas persistindo pendências formais sanáveis, este parecer manifesta-se pela **habilitação condicional** da empresa META TRIBUTÁRIA, condicionada à regularização das inconsistências apontadas, no prazo legal assinalado, para plena conformidade com os requisitos do art. 72, V, da Lei Federal nº 14.133/2021 e das cláusulas de habilitação previstas no Termo de Referência.

Cumpridas as exigências complementares, opinamos pelo prosseguimento regular do procedimento administrativo. Não sanadas no prazo estipulado, deverá ser declarada a **inabilitação** da empresa, em observância ao interesse público, à legalidade e à segurança jurídica do processo.

Divinópolis/MG, 27 de novembro de 2025.

**Warley França Santa Bárbara**  
**Comissão de Contratação**